



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 0232/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0125/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (NÃO PERECÍVEIS) PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG.

Empresa \_\_\_\_\_

Pessoa para contato: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

Recebemos, através do acesso à página [http://www.montesclaros.mg.gov.br/central\\_compras/paginas/pregao\\_pmmc.htm](http://www.montesclaros.mg.gov.br/central_compras/paginas/pregao_pmmc.htm) ou impresso cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**Senhor Licitante,**

Visando comunicação futura entre a Gerência de Compras deste Município e essa Empresa, solicitamos o preenchimento do recibo de entrega do edital e envio ao Setor Responsável por meio do e-mail **pregaocompras@gmail.com**. A não remessa do recibo exime a **Gerência de Compras** da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

**Pregoeiro da Prefeitura de Montes Claros**



**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 0232/2017**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0125/2017**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (NÃO PERECÍVEIS) PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG.**

**ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL:**  
Dia 26/09/2017, às 09h00min.

**CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:** na *internet* no *site* [www.montesclaros.mg.gov.br](http://www.montesclaros.mg.gov.br), telefone (38)3229-3220 ou na sala da Gerência de Compra, à Av. Cula Mangabeira, 211, Centro, Montes Claros/MG, CEP 39.401-002.

**ESCLARECIMENTOS:**

*E-mail:* [pregaocompras@gmail.com](mailto:pregaocompras@gmail.com)

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília.



---

## PREÂMBULO

---

O **MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS**, inscrito no CNPJ sob o nº. 22.678.874/0001-35, com endereço à Avenida Cula Mangabeira, nº. 211, Centro, na Cidade de Montes Claros/MG, CEP. 39.401-002, torna pública a abertura do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 0232/2017**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0125/2017**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, exclusivo para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual**, regido pelas Leis Federais nº. 10.520/2002 e 8.666/93, Lei Complementar nº. 123/2006, Decreto Municipal nº. 2.111/05 e demais condições fixadas neste Edital.

---

### I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

---

1 - O Pregão será realizado em sessão pública, na Sala de Pregões desta Prefeitura Municipal de Montes Claros, localizada à Avenida Cula Mangabeira, nº. 211, Centro, na Cidade de Montes Claros – MG.

2 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pelo Decreto Municipal nº. 3.559, de 24 de agosto de 2017.

---

### II - DO OBJETO

---

A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (NÃO PERECÍVEIS) PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG.

---

### III - DA SECRETARIA SOLICITANTE

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.**

---

### IV - DAS CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

---

1 - Cópia deste edital encontra-se disponível na internet, no *site* [www.montesclaros.mg.gov.br](http://www.montesclaros.mg.gov.br), e ainda, poderá ser obtida na sala da Gerência de Compras desta Prefeitura, localizada à Avenida Cula Mangabeira, nº. 211, Centro, na Sala nº. 101, na Cidade de Montes Claros – MG, no horário de 8h às 12h e de 14h às 18h.

2 - As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no *site* [www.montesclaros.mg.gov.br](http://www.montesclaros.mg.gov.br), bem como as publicações no Diário Oficial do Município, no endereço eletrônico [www.montesclaros.mg.gov.br/diariooficial](http://www.montesclaros.mg.gov.br/diariooficial), quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

2.1 - O licitante que desejar receber informações ou esclarecimentos sobre o processo licitatório deverá, ao retirar o edital no *site* [www.montesclaros.mg.gov.br](http://www.montesclaros.mg.gov.br), encaminhar à Gerência de Compras o recibo de retirada do edital.



3 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o e-mail [pregaocompras@gmail.com](mailto:pregaocompras@gmail.com), até 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para abertura das propostas.

3.1 - As respostas do Pregoeiro às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail, fax, ou disponibilizadas no site [www.montesclaros.mg.gov.br](http://www.montesclaros.mg.gov.br) no campo "Central de Compras", no link correspondente a este edital, ficando acessíveis a todos os interessados.

4 - Impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, mediante petição a ser enviada para o e-mail [pregaocompras@gmail.com](mailto:pregaocompras@gmail.com) ou protocolizadas na Seção de Protocolo, localizada na Avenida Cula Mangabeira, nº 211, Centro, Montes Claros/MG, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre o requerimento, auxiliado pelo setor técnico competente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

4.1 - A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital.

4.2 - O Município de Montes Claros não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo Pregoeiro, e que, por isso, sejam intempestivas.

4.3 - Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.4 - A decisão do Pregoeiro será enviada ao impugnante por e-mail, e será divulgada no site [www.montesclaros.mg.gov.br](http://www.montesclaros.mg.gov.br) para conhecimento de todos os interessados.

4.5 - Decairá do direito de impugnar os termos do Edital, o interessado que não o fizer até às 17 (dezesete) horas do segundo dia útil que anteceder a data de realização da Sessão Pública do Pregão.

---

## V - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

---

1 - Poderão participar desta licitação **microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais** do ramo pertinente ao objeto licitado, que preencherem as condições constantes deste Edital.

2 - Não poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas:

2.1 - que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

2.2 - que tenham sido declaradas suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o Município de Montes Claros, durante o prazo da sanção aplicada;

2.3 - que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

2.4 - que tenham sido declaradas impedidas de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Município de Montes Claros, durante o prazo da sanção aplicada;

2.5 - que incidirem nas hipóteses previstas no art. 9º da Lei 8.666/93, observada a exceção prevista no § 1º do art. 9º da mesma Lei;



2.6 - que incidirem nas hipóteses previstas no art. 100 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros;

2.7 - cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação;

2.8 - estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

2.9 - integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.10 - em consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, a fim de ampliar a concorrência.

3 - A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

---

## VI - DOS ENVELOPES PARA PARTICIPAÇÃO

---

1 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome do proponente e todos os dados que o identifiquem, os seguintes dizeres:

**Envelope nº. 1 - Proposta**

**Pregão Presencial nº. 0125/2017**

**Envelope nº. 2 - Habilitação**

**Pregão Presencial nº. 0125/2017**

2 - Todos os documentos necessários à participação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, por servidor público autorizado ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

3 - Serão aceitas propostas escritas enviadas pelo correio ou entregues por portador sem poderes para formular propostas e praticar atos durante a sessão. O autor da proposta não poderá dar lances ou praticar qualquer ato em seu favor durante a sessão.

---

## VII - DO CREDENCIAMENTO

---

1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

1.1 - Tratando-se de representante estatutário legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

1.2 - Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item 1.1, que comprove os poderes do mandante para a outorga.



1.3 - Em se tratando de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, Declaração conforme modelo do Anexo IV do Edital.

1.4 - Declaração de Pleno atendimento, conforme modelo do Anexo III do Edital, observando-se que todo o teor do conteúdo encontrado no modelo deverá constar na Declaração a ser entregue no certame.

1.5 – Declaração de Dados Cadastrais conforme modelo do Anexo V.

---

### **VIII - DA PROPOSTA COMERCIAL**

---

1- A proposta de preço deverá ser legível e conter os seguintes elementos:

1.1 - Cabeçalho contendo todos os dados que identifiquem o licitante;

1.2 - Número do Pregão e do Processo em todas as páginas;

1.3 - Descrição do objeto da presente licitação, com a indicação da marca do produto cotado em conformidade com as especificações do Anexo I deste Edital;

1.4 - Preço unitário e total, por item, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso (em caso de dúvida, prevalecerá o valor por extenso), apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;

1.5 - Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias.

2 - Poderão ser cotados números até 02 (duas) casas após a vírgula.

3 - Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

4 - O preço ofertado, salvo hipóteses legais, permanecerá fixo e irrevogável.

5 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.1 - não atendam as exigências e requisitos estabelecidos neste Edital ou imponham condições;

5.2 - apresentem valores manifestamente inexequíveis;

5.3 - sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o julgamento.

6 - Não serão motivos de desclassificação as simples omissões irrelevantes para o entendimento da proposta e que não causem prejuízo à Administração.

7 - Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua Proposta Comercial.

8 - O encaminhamento da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital.

---

### **IX - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

---

1 - No Envelope contendo os "Documentos de Habilitação" deverão conter os documentos a seguir relacionados:



**1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

1.1.1 - registro comercial, no caso de empresa individual;

1.1.2 - ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, e, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

1.1.3 - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

1.1.4 - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**1.2 - REGULARIDADE FISCAL:**

1.2.1 - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.2.2 - prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, relativa à sede do licitante;

1.2.3 - prova de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), **para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

1.2.4 - prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

1.2.5 - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943 (**CNDT**).

**1.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

1.3.1 Alvará Sanitário fornecido por órgão competente., de acordo com o que determina as Leis Federais nº. 1.283/50 e 7.889/89, observando-se o que o dispõe o item 9.1 deste Título.

**1.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

1.4.1 - Certidão negativa de pedido de falência ou em recuperação de crédito, expedido pelo distribuidor judicial de sua sede.

2 - Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas Públicas, certidões positivas com efeito de negativas, e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

3 - Os documentos relacionados neste Título, exceto os itens 1.1.4, 1.2.1, 1.3.1 e 1.4.1 poderão ser substituídos pelo C.R.C. - PREGÃO (Certificado de Registro Cadastral do Pregão), emitido pela Gerência de Compras da Prefeitura Municipal de Montes Claros/MG, em vigor na data da entrega dos envelopes, desde que expressamente indicados no referido cadastro.

3.1 - No caso de não constar no C.R.C. - PREGÃO da Gerência de Compras quaisquer documentos exigidos neste título, o licitante deverá complementar a documentação exigida.





3.2 - Se os documentos relacionados no C.R.C. - PREGÃO da Gerência de Compras estiverem com os prazos vencidos, deverão ser apresentados novos documentos, em vigor.

4 - A prova de regularidade com a Fazenda Federal prevista no item 1.2.2 e prova de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), constante do item 1.2.3, poderão ser substituídas pela Certidão Unificada expedida conjuntamente pela Secretaria de Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) com vigência a partir de 03/11/2014.

5 - A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste título inabilitará o licitante.

6 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo o original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

7 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão estar em nome do proponente e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, observando ainda o que segue, conforme preceitua a legislação vigente:

7.1 - se o proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

7.2 - se o proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8 - A Microempresa – ME, a Empresa de Pequeno Porte - EPP e o Microempreendedor Individual – MEI deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

8.1 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME, EPP ou MEI for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

8.2 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

8.3 - Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

8.4 - A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

9 - Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

9.1 - Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão ser datados dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura do Pregão.





10 - O licitante obriga-se, nos termos do modelo de Declaração de Pleno Atendimento - Anexo III deste Edital, a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis.

---

## **X - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO**

---

1 - No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

2 - Encerrada a fase de credenciamento, o Pregoeiro declarará aberta a Sessão do Pregão, oportunidade em que não mais se aceitará novos licitantes, dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta e a Documentação de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

3 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

4 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

4.1 - Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% superiores àquela.

4.2 - Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três).

4.3 - No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

5 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

6 - O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7 - Os lances deverão ser formulados por itens, em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima, que será estipulada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no ato do pregão, aplicável inclusive em relação ao primeiro.

8 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances, com exceção da melhor proposta.

9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.



10 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com a finalidade de redução do preço.

11 - A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes, apurados mediante pesquisa realizada pelo Órgão Solicitante, já juntada aos autos.

12 - Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

12.1 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

13 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

14 - A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.1 - A Administração Pública Municipal não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será inabilitado.

15 - Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no título IX, o Pregoeiro, se necessário, diligenciará junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Montes Claros/MG.

16 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

17 - Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

18 - Os Licitantes declarados vencedores, **DEVERÃO APRESENTAR AMOSTRAS** dos itens arrematados no prazo não superior a **72 (setenta e duas)** horas contadas do anúncio especificado no item anterior, para análise da nutricionista responsável, no que se refere às exigências previstas na especificação dos itens deste Edital. As amostras deverão ser encaminhadas para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, situada na Avenida Dulce Sarmento, nº. 2.076, no Bairro Monte Carmelo, no horário de expediente compreendido de 08:00 as 18:00, nesta cidade de Montes Claros/MG.



19 - Da Sessão lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, e que, no final será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

---

## **XI - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

---

1 - No final da sessão, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à Autoridade Competente para a homologação.

3 - As razões e respectivas contrarrazões recursais deverão ser encaminhadas para o endereço eletrônico [pregaocompras@gmail.com](mailto:pregaocompras@gmail.com) ou ser protocolizado na Seção de Protocolo da Prefeitura Municipal de Montes Claros até às 17h do último dia do prazo, em uma via original, contendo razão social, número do CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal.

3.1 - O Pregoeiro não se responsabilizará por razões ou contrarrazões endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.

4 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à Autoridade Competente.

5 - Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Sendo decididos e se constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

6 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7 - A adjudicação será feita dos itens do objeto.

---

## **XII - DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO**

---

1 – A contratada fica obrigada a efetuar a entrega, quando solicitada através de Nota de Empenho – NE ou documento equivalente nas condições estabelecidas neste edital, consoante especificações do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.



1.1 - O envio da Nota de Empenho à Contratada poderá ser efetivado via fax ou qualquer outro meio de comunicação hábil.

1.2 - A presente aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (NÃO PERECÍVEIS) PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG. tem validade até 31.12.2017. Cabe ressaltar que durante o período de validade da contratação podem ocorrer modificações nos dados referentes a dotação orçamentária.

1.3 – Os produtos deverão ser entregues nas Unidades de Acolhimento Institucional, no horário de expediente compreendido entre 08:00h as 13:00h, conforme consta no Item 5 - sub item 5.3 do Termo de Referência.

1.4 – A entrega deverá ocorrer no prazo não superior a 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Compra ou documento equivalente.

2 - O recebimento do produto, objeto desta licitação, será feito pela Secretaria Solicitante, a qual atestará, por um servidor, devidamente identificado, no documento fiscal correspondente, a entrega do objeto, nas condições exigidas, constituindo tal atestado requisitos para liberação dos pagamentos à Contratada.

3 - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social não aceitará ou receberá qualquer produto com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes no Anexo I - Termo de Referência deste Edital, cabendo à Contratada efetuar as substituições necessárias no prazo estipulado pela Secretaria Solicitante, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.

---

### **XIII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

---

1 - Cumprir fielmente as exigências deste Edital, de modo que o objeto seja executado de acordo com o Anexo I - Termo de Referência, sob pena de multa de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

2 - Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos, frete e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

3 - Indenizar o Município de Montes Claros por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da execução do objeto, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.

4 - Cumprir os prazos previstos neste Edital.

5 - Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº. 8.666/93 e no presente Edital.

---

### **XIV - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

---



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG

---

- 1 - Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na entrega do produto, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.
- 2 - Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas.
- 3 - Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.
- 4 - Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Edital.
- 5 - Efetuar o desconto de Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título (CRFB/1988, artigo 158, I).

---

### **XV - DA GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

---

- 1 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei n. 8.666/93, a gestão/fiscalização da entrega do objeto será realizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

---

### **XVI - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

---

- 1 - O pagamento decorrente do fornecimento do objeto desta licitação será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura, devidamente acompanhada das certidões de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao FGTS e à seguridade social e regularidade trabalhista vigentes.
- 2 - Os pagamentos à Contratada somente serão realizados mediante a efetiva entrega do produto nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio Termo de Recebimento Definitivo do Objeto e/ou Recibo pelo Servidor responsável pelo recebimento.
- 3 - O Servidor responsável pelo recebimento, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no item acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.
- 4 - Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do Contrato.
- 5 - Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada.



---

## **XVII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

---

1 - O licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Montes Claros e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Montes Claros, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no item abaixo e das demais cominações legais.

2 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

- I) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do produto ou por atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor total dos produtos constantes na Nota de Empenho.
- II) 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, na hipótese da Contratada injustificadamente desistir do contrato ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o Município de Montes Claros, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

3 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo Contratante. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela Contratada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

4 - As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente com previstas nas Leis Federais nº. 10.520/2002 e 8.666/93, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

---

## **XVIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

---

1 - Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

- I - Termo de Referência;
- II - Modelo de Proposta Comercial;
- III - Modelo de Declaração de Pleno Atendimento;
- IV - Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP;
- V – Modelo de Declaração de Dados Cadastrais;
- VI - Minuta do Contrato

2 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.



3 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

4 - Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

5 - Toda a documentação apresentada neste Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

6 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º, do artigo 43 da Lei nº. 8.666/93.

6.1 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.

7 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

8 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município de Montes Claros revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente, comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes.

9 - O Município de Montes Claros poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

10 - Para atender a seus interesses, o Município de Montes Claros poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do artigo 65, da Lei nº. 8.666/93.

11 - Fica eleito o foro da Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Montes Claros, 01 de setembro de 2017.

Glennnda Santos Cardoso  
Pregoeira





**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 0232/2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0125/2017**

**1. Setor solicitante - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- 1.1. – Proteção Especial - Unidades de Acolhimento Institucional - Segurança Alimentar;
- 1.2 – Centro Pop - Centro Especializado de Referência e Atendimento Especializado à população adulta em situação de Rua;
- 1.3 – Proteção Básica - SCVF - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- 1.4 – Creas I e II - Centro Referência Especializado em Assistência Social;

**2. Objeto**

2.1. Aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades das Unidades de Acolhimento Institucional - Centro Pop (Unidade pública de referência e atendimento especializado à população adulta em situação de rua), no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS, as 11(onze) Unidades dos CRAS – Centro de Referência em Assistência Social/ SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), Creas I e Creas II (Centro Referência Especializado em Assistência Social da Secretaria de Desenvolvimento Social, de acordo com as quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência

**3. Justificativa**

3.1. Tal aquisição justifica-se:

3.1.1. Pela necessidade de prover um cardápio elaborado contendo alimentos saudáveis e de boa qualidade.

3.1.2. A necessidade de utilização dos itens solicitados para atender as oito (07) Unidades de Acolhimento Institucional que são atendidas com alimentos advindos da Prefeitura Municipal de Montes Claros sendo elas: Joana Campos (crianças de ambos os sexos); Betânia (adolescentes do sexo masculino); Casa Esperança (mulheres e crianças); Residência Acolhedora (crianças de ambos os sexos); Eunice Rocha (adultos ambos os sexos), Casa de Passagem (adultos). As Unidades de Acolhimento Institucional do Município tem capacidade total de acolhimento de 120 usuários sendo crianças, adolescentes e adultos, a média atualmente é de 67 acolhidos, contudo há uma variável na quantidade de acolhimentos, o quantitativo utilizado para compras, estaria entre a média de acolhimentos e a capacidade de acolhidos.

3.1.3. O Centro Pop é uma unidade pública e estatal de referência e atendimento especializado à população adulta em situação de rua, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS, serviço ofertado de acordo com a resolução 109/2009. Nesse sentido, conta com uma equipe multidisciplinar e representa para o usuário um espaço de referência para o convívio grupal, social e de desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Proporciona ainda, vivências para o alcance da autonomia, organização, mobilização e participação social. Sendo um serviço ofertado para o acolhimento diário, a uni-



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG

dade dispões além de outros espaços (recepção, sala de atividades coletivas, atendimento a famílias etc) conta com refeitório para lanche e almoço. Nesse sentido faz-se necessário aquisição desse material de consumo para atender um público-alvo de aproximadamente 30 usuários a serem atendidos efetivamente 256 dias úteis no ano de 2017.

3.1.4. CRAS/SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos atendem atualmente 2034 usuários distribuídos em 132 grupos nos 11 CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

Descrição	Unid.	Seg. Alimentar UAI	Casa Esperança	Centro Pop	SCFV Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	CREAS I E CREAS II	TOTAL
01 <b>Feijão carioquinha tipo 1</b> , grupo beneficiado anão, variedade carioquinha tipo 1, novo, teor de umidade superior a 13% e de impureza não superior a 2% constituído de grãos íntegros, sãos, insetos de materiais terrosos, sujidades e mistura de outras variedades e espécies, embalagem plástica atóxica de 01 kg. O produto devera ter registro no ministério da agricultura, ou ministério da saúde similar.	PCT	600	70	150	-	-	820
02 <b>Leite integral:</b> leite integral tipo longa vida, esterilizado pelo sistema UAT/UHT em embalagem tetra Pak íntegra e asséptica sem rasgos ou vazamentos, contendo 1 litro. deve apresentar o nome do fabricante, data de fabricação e validade de íntegra e asséptica sem rasgos ou vazamentos, contendo 1 litro. Deve apresentar o nome do fabricante, data de fabricação e validade de fabricação de no mínimo 4 meses, a contar da data de acordo com o ministério da agricultura sif/dipoa.	UND	1.300	60	150	150	-	1.660
03 <b>Gelatina em Pó:</b> Gelatina em Pó nos Sabores Abacaxi, Framboesa, Limão e Uva. Produto constituído por Gelatina em Pó, Açúcar e Aromatizantes, podendo ser adicionado de corantes permitidos por Lei. Embalada em pacotes de Polietileno Leitosos, Atóxicos, Íntegros e Resistentes, acondicionados em caixas de papelão limpas, Íntegras e resistentes. Rotulagem de acordo com a Legislação Vigente. Validade Mínima de 06 (SEIS) Meses. Embalagem de aproximadamente 30 a 35gr.	CX	225	25	80	150	-	480
04 <b>Milho de Pipoca:</b> milho de pipoca tipo 1, classe amarela. rotulagem de acordo com a legislação vigente. validade mínima de 06 (seis) meses. Embalagem: pacote plástico transparente, resistente não violado, capacidade de 500 gramas.	PCT	80	-	80	150	-	310
05 <b>Biscoito doce tipo maisena-</b> porção de 30g: 130 a 139 kcal, até 24g cho, 2,2 a	PCT	400	50	100	--	150	700



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG

	3,1g de ptn, até 3,9g gt, até 1,8g gsat, sem gtrans, mínimo de 0,7g fibra, até 109 mg na. rotulagem de acordo com legislação vigente. nº de registro no órgão competente. validade mínima 06 (seis) meses. Embalado em pacotes plásticos, atóxicos de 170 a 200g. No ato da entrega, a validade mínima deverá ser igual ou superior a 80% do prazo total da validade, contado a partir da data de sua fabricação.							
06	<b>Sal refinado iodado</b> para consumo humano - com teor mínimo de 98,5% de cloreto de sódio sobre a substância seca, adicionado de antiemectante e iodo validade mínima de 12 (doze) meses. acondicionado em sacos plásticos, íntegros, atóxicos, resistentes, vedados, peso líquido de 01 kg. no ato da entrega, a validade mínima deverá ser igual ou superior a 80% do prazo total da validade, contado a partir da data de sua fabricação.	KG	35	-	15	-	-	50
07	<b>Refrigerante Pet</b> (2 Litros) tradicional , diet ou zero, sabores cola, laranja, uva, limão.	UND	60	-	30	20	40	150
08	<b>Farinha de trigo sem fermento</b> Farinha de trigo especial sem fermento, produto obtido pela moagem, exclusivamente do grão de trigo, isento de terra, sem umidade, desgerminado, com uma extração máxima de 20%. Preparada a partir de grão de trigo são e limpos, sem fermento. O produto deverá ter aspecto de pó fini branco, com cheiro e sabor próprio. Deverá atender a resolução nº 344-13/12/2002 (fortificação de farinhas com ferro e ácido fólico). Validade mínima de 04 meses. As características organolépticas físico químicas, microbiológicas e microscópicas deverão obedecer ao código sanitário e determinações da anvisa. Rotulagem de acordo com a legislação vigente. Embalado em sacos de acordo com a legislação vigente. Embalados em sacos de 1 kg transparentes limpos.	UND	68	-	40	-	-	108
09	<b>Fermento Biológico</b> , seco, instantâneo, pacote contendo no mínimo 100g, com identificação do produto e prazo de validade mínima de 1 ano.	PCT	35	-	15	-	-	50
10	<b>Goiabada em barra 500g.</b> Ingredientes: Goiaba e açúcar, com identificação do produto e prazo de validade mínima de 6 meses.	PCT	98	-	42	-	-	140
11	<b>Amido de Milho:</b> amido de milho produto amiláceo extraído de milho. Rotulagem de acordo com a legislação vigente. O produto deveser embalado em pacotes de polietileno, capacidade de 500g. Validade mínima de 12 meses.	PCT	50	-	20	-	-	70



## **5. Prazo, Local e Condições de Entrega.**

5.1 - A Empresa fica obrigada a entregar os bens de consumo, quando solicitados através de Ordem de Compras - NE, nas condições estabelecidas neste Termo no prazo não superior a 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da respectiva nota.

5.2 - O envio da Ordem de Compras à CONTRATADA poderá ser efetivado via fax ou qualquer outro meio de comunicação.

5.3 – **Os Itens de 01 a 11** - serão destinados as Unidades de Acolhimento Institucional através da Segurança Alimentar, que deverão ser entregues nas Unidades de Acolhimento Institucional, no horário do expediente compreendido entre 08:00h às 13:00h. Conforme endereços especificados abaixo:

**1) CASA DE PASSAGEM (Av. Mestra Fininha nº 715 Centro tel.: (38)3223-6036**

**2) EUNICE ROCHA (Rua Belo Horizonte nº 178 - Centro).**

**3) BETÂNIA (Rua: Jacarandá nº 115, Bairro Canelas.**

**4) RESIDENCIA ACOLHEDORA (Rua: Elvira Durães nº 145, Bairro Vila Guihermina).**

**5) CASA ESPERANÇA - Rua Francisco Anolino de Souza, nº 470 Bairro: Barcelona (38) 3216 3220)**

**6) JOANA CAMPOS - Rua " D", nº 162 Bairro Jardim São Geraldo.**

OBS: Os gêneros alimentícios deverão ser entregues nas Unidades de Acolhimento de acordo com a solicitação do pedido.

## **6 – Prazo e Condições de Garantia**

6.1- Durante o prazo de validade dos produtos o fornecedor fica obrigado a substituir o produto em desacordo com as especificações no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

## **7 - Critérios de Avaliação das Propostas**

7.1- No julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço por item, sendo levados em consideração também, critérios objetivos definidos no Edital, que não deverão contrariar as normas e princípios estabelecidos na Lei nº. 8.666/1993.

7.2- Os Licitantes declarados vencedores DEVERÃO APRESENTAR AMOSTRAS dos itens arrematados no prazo não superior a **72 (setenta e duas)** horas contadas do término da sessão, para análise da nutricionista responsável, no que se refere às exigências previstas na especificação dos itens deste Termo. O mesmo poderá recusar produtos cuja qualidade seja reconhecidamente inferior, mediante parecer fundamentado. Far-se-á necessário a apresentação de laudo das amostras. As amostras deverão ser encaminhadas para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, situada na Avenida Dulce Sarmiento, nº. 2.076, no Bairro Monte Carmelo, no horário de expediente compreendido de 08:00 as 18:00, nesta cidade de Montes Claros/MG.

## **8 – Deveres do Contratado e do Contratante**

8.1- Constarão do Edital, conforme legislação vigente.



## 9 – Qualificação Técnica

9.1 - As licitantes deverão, obrigatoriamente, apresentar o Alvará Sanitário para participar do referido processo

## 10 – Recurso Financeiro

10.1 – ITENS 01 ao 11 – Unidades de Acolhimento Institucional

Ficha: 424

<b>Dotação: 02.006.004.08.00244.00026.2292</b>
<b>Elemento: 33903000 – Material de Consumo</b>
<b>Fonte: 129 Recurso: FNAS -Fundo Nacional de Assistência Social</b>

ORIGEM DO RECURSO	
	RECURSO MUNICIPAL
	RECURSO ESTADUAL
X	RECURSO FEDERAL

10.2 – ITENS 01,2,3,5 – Casa esperança

Ficha: 424

<b>Dotação: 02.006.004.08.00244.00026.2292</b>
<b>Elemento: 33903000 – Material de Consumo</b>
<b>Fonte: 100 Recurso: Ordinário</b>

ORIGEM DO RECURSO	
X	RECURSO MUNICIPAL
	RECURSO ESTADUAL
	RECURSO FEDERAL

10.3 – ITENS 01, 2, 3,4,5,6,7, 8,9,10,11– Centro POP

Ficha: 409

<b>Dotação: 02.006.004.08.00244.00026.2291</b>
<b>Elemento: 33903000 – Material de Consumo</b>
<b>Fonte: 129 Recurso: FNAS – Fundo</b>

ORIGEM DO RECURSO	
	RECURSO MUNICIPAL
	RECURSO ESTADUAL
X	RECURSO FEDERAL

10.4 – ITENS 02, 03, 04, 6 – SCFV - (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos)

Ficha: 392



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG

<b>Dotação: 02.006.004.08.00244.00026.2290</b>
<b>Elemento: 33903000 – Material de Consumo</b>
<b>Fonte: 129 Recurso: FNAS -Fundo Nacional de Assistência Social</b>

<b>ORIGEM DO RECURSO</b>	
	RECURSO MUNICIPAL
	RECURSO ESTADUAL
X	RECURSO FEDERAL

10.5 – ITENS 05, 07 – CREAS I e II

**Ficha: 409**

<b>Dotação: 02.006.004.08.00244.00026.2291</b>
<b>Elemento: 33903000 – Material de Consumo</b>
<b>Fonte: 129 Recurso: FNAS -Fundo Nacional de Assistência Social</b>

<b>ORIGEM DO RECURSO</b>	
	RECURSO MUNICIPAL
	RECURSO ESTADUAL
X	RECURSO FEDERAL

\_\_\_\_\_  
Geanne Elba dos Santos Veloso  
Nutricionista

\_\_\_\_\_  
Kenya dos Anjos Medeiros  
Diretora de Assistência Social

\_\_\_\_\_  
Aurindo José Ribeiro  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social



**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

... Timbre ou identificação do Licitante ...

Ao Município de Montes Claros/MG  
Senhor Pregoeiro,

Atendendo ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 0232/2017**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0125/2017**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, apresentamos nossa proposta:

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			CONFORME ANEXO I			

Validade da proposta.

Local e data.

Assinatura do Representante Legal.





**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO**

A sociedade empresária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, localizada na \_\_\_\_\_, por seu representante legal signatário, declara ao Município de Montes Claros/MG que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação no **Processo Licitatório nº. 0232/2017**, na modalidade de **Pregão Presencial nº. 0125/2017**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, **e se compromete a entregar os produtos que lhes forem adjudicados conforme a descrição do Anexo I deste Edital, desconsiderado qualquer erro que porventura houver cometido na elaboração da proposta.**

Declara também, para fins do disposto no inciso V do artigo 27, da Lei nº. 8.666/93 que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

**Declara ainda, para os fins requeridos no inciso III, artigo 9º da Lei nº. 8.666/93 e 100 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros, que não tem em seus quadros de empregados, servidores públicos da Contratante, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, subsistindo a proibição até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções, exercendo atribuições de gerência, administração ou tomada de decisões.**

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

Local e data.

Assinatura do Representante Legal.



**ANEXO IV**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME, MEI OU EPP**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 0232/2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0125/2017**

A sociedade empresária \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de  
seu representante legal Sr.(a) \_\_\_\_\_,  
portador do Documento de Identidade nº. \_\_\_\_\_, inscrito no  
CPF sob o nº. \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da Lei, que cum-  
pre os requisitos legais para qualificação como \_\_\_\_\_  
**(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME), Empresa de Pequeno  
Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI))**, artigo 3º da Lei Com-  
plementar n.º 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do  
§4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido  
nos artigos 42 a 49 da citada lei.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG

**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS**

**PROCESSO LICITATORIO Nº. 0232/2017**  
**PREGAO PRESENCIAL Nº. 0125/2017**

**Sociedade Empresária:**

**CNPJ/MF:**

**Responsável Legal / CPF:**

**E-mail:**

**Telefone de Contato:**

**Dados bancários:**

Os dados cadastrais deverão ser mantidos atualizados junto a Gerência de Compras.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante Legal)



**ANEXO VI  
MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO – P0232.17-\_\_  
PROCESSO Nº 0232/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0125/2017**

O **MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 22.678.874/0001-35, sediado na Av. Cula Mangabeira, nº. 211, Centro, nesta cidade de Montes Claros/MG, com o CEP. 39.401.002, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário(a) Municipal ..... Sr(a). ..... por delegação de poderes, na forma do Decreto Municipal nº. 3.470 de 04 de janeiro de 2017, e a sociedade empresária

..... inscrita no CNPJ/MF sob o nº. ...., sediada na Rua/Av. ...., nº. ...., no Bairro ....., na Cidade ...../....., com o CEP. ...., neste ato por seu representante legal, Sr(a). ...., portador da Carteira de Identidade nº. ...., inscrito no CPF/MF sob o nº. ...., doravante designados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Licitatório nº. 0232/2017, na modalidade Pregão Presencial nº. 0125/2017, do tipo menor preço, sob a regência das Leis Federais nº. 10.520/2002 e 8.666/93, Lei Complementar nº. 123/2006, Decreto Municipal nº. 2.111/2005 e demais legislações pertinentes, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Este contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (NÃO PERECÍVEIS) PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG.**, conforme especificações do Anexo I – Termo de Referência do Processo Licitatório nº. 0232/2017, na modalidade Pregão Presencial nº. 0125/2017.

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, o Termo de Referência e a Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA**, ambos constantes do Processo Licitatório nº. 0232/2017, na modalidade Pregão Presencial nº. 0125/2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

Este contrato vigorará até 31/12/2017, tendo como termo inicial a data de sua assinatura, com eficácia legal a partir da publicação do seu extrato.



### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

A Secretaria Municipal de ..... do CONTRATANTE, não aceitará ou receberá qualquer produto com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes do Anexo I - Termo de Referência do Processo Licitatório nº. 0232/2017, na modalidade Pregão Presencial nº. 0125/2017, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à CONTRATADA efetuar as substituições necessários no prazo de ..... (.....) horas, contadas do recebimento da respectiva notificação, sem direito a indenização, sob pena de aplicação de sanções previstas e/ou rescisão contratual.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO TRANSPORTE E ENTREGA**

O transporte e a entrega do produto objeto do presente Contrato ocorrerão por conta exclusiva da CONTRATADA, devendo ser realizada, de forma parcelada, no ....., sediado na ....., de acordo com os pedidos feitos pela unidade requisitante do CONTRATANTE.

### **PARÁGRAFO ÚNICO**

A soma dos pedidos de fornecimentos parcelados não poderá ultrapassar as quantidades constantes do Anexo I, no prazo fixado na Cláusula Segunda deste instrumento.

### **CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO**

A entrega será parcelada e deverá ocorrer no prazo de até \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias corridos, após recebimento da Ordem de Compra pela CONTRATADA, da seguinte forma: .....[especificar]..... A Ordem de Compra poderá ser enviada por e-mail ou qualquer outro meio de comunicação.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Os produtos serão recebidos da seguinte forma:

a) provisoriamente: de posse da proposta respectiva, serão recebidos os produtos para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços, embalagens, e outros dados pertinentes constantes no Anexo I - Termo de Referência e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para sua correção.

b) definitivamente: após recebimento provisório, será realizada conferência dos produtos e, estando de acordo com a Ordem de Compra, será efetivado o recebimento definitivo, com assinatura no documento auxiliar da NF-e (Danfe) ou nas vias da Nota Fiscal.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

O CONTRATANTE rejeitará o fornecimento, no todo ou em parte, se realizado em desacordo com o estipulado no presente contrato.

### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

A CONTRATADA deverá substituir, às suas expensas e sem ônus para o CONTRATANTE, no prazo máximo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) horas, contadas da comunicação escrita feita pelas unidades administrativas mencionadas na alínea "A" desta Cláusula, os materiais/produtos que porventura apresentarem defeito ou incorreção em sua forma de apresentação.



#### **PARÁGRAFO QUARTO**

Ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá, na forma da Lei, a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e segurança do objeto deste contrato.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização e o acompanhamento da execução deste instrumento ficarão a cargo

da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social através do (a) seu (sua) servidor (a) \_\_\_\_\_ portador (a) da matrícula nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A CONTRATADA é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização deste contrato pelo CONTRATANTE, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

O CONTRATANTE não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, neste contrato.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

I - O CONTRATANTE obriga-se a:

- a) notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto deste contrato, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;
- b) emitir, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a Ordem de Compra;
- c) prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA, em relação ao objeto do presente Contrato;
- d) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas;
- e) fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- f) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade e em desconformidade com as especificações do Anexo I - Termo de Referência;
- g) efetuar o recebimento provisório e definitivo do objeto, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do CONTRATANTE;
- h) decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução do contrato;
- i) arcar com as despesas de publicação do extrato do presente contrato, bem



como dos termos aditivos que venham a ser firmados;  
j) atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente.

II - A CONTRATADA obriga-se a:

a) Indicar à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, imediatamente à assinatura deste contrato e sempre que ocorrer alteração, um preposto com plenos poderes para representá-la, administrativa ou judicialmente, assim como decidir acerca de questões relativas ao objeto deste contrato, e atender aos chamados do CONTRATADO, principalmente em situações de urgência, por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz.

b) Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos, substituindo, imediatamente, e às suas expensas, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

c) Cumprir os prazos previstos neste contrato ou outros que venham a ser fixados pelo CONTRATANTE.

d) Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução deste contrato, durante toda a sua vigência, a pedido do CONTRATANTE.

e) Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do contrato pela equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, durante a sua execução.

f) Manter, durante a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado.

g) Encaminhar ao CONTRATANTE, juntamente com a nota fiscal/fatura, os documentos comprobatórios da manutenção das condições de habilitação ou qualificação exigidas na licitação, especialmente cópias das certidões de regularidade junto ao FGTS, à seguridade social, ao Tribunal Superior do Trabalho, e às Fazendas Públicas Estadual e Municipal, cuja autenticidade será confirmada nos sites dos órgãos emissores pelo gestor/fiscal de contrato do CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE POR DANOS**

A CONTRATADA responderá por todo e qualquer dano provocado ao CONTRATANTE, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo CONTRATANTE, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente contrato.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo CONTRATANTE, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela CONTRATADA, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo CONTRATANTE a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e





outros.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas contratualmente como de responsabilidade da CONTRATADA for apresentada ou chegar ao conhecimento do CONTRATANTE, este comunicará a CONTRATADA por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar ao CONTRATANTE a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado.

As providências administrativas ou judiciais tomadas pela CONTRATADA não a eximem das responsabilidades assumidas perante o CONTRATANTE, nos termos desta cláusula.

### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do CONTRATANTE, nos termos desta cláusula, deverão ser pagos pela CONTRATADA, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao CONTRATANTE, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos da CONTRATADA;
- b) medida judicial apropriada, a critério do CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA NONA - DOS ENCARGOS**

A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos estabelecidos nesta Cláusula não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, durante a vigência deste Contrato, exigir a comprovação de quitação dos encargos descritos no "caput" desta CLÁUSULA, como condição para pagamento dos créditos da CONTRATADA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento dos produtos objeto do presente contrato, a quantia total de **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da apresentação da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) devidamente aprovada(s) e constando na(s) mesma(s) a declaração expressa do recebimento definitivo dos materiais/produtos, conforme estabelecido na alínea "B", do parágrafo primeiro, da Cláusula Quinta deste instrumento.



### **PARAGRÁFO SEGUNDO**

A CONTRATADA deverá comprovar, a cada nota fiscal/fatura emitida contra o CONTRATANTE, sua regularidade perante o sistema de seguridade social (INSS) e com o FGTS, com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal e prova de inexistência de débito inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, conforme determina o artigo 195, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) e o artigo 55, inciso XIII, da Lei Federal nº. 8.666/93.

### **PARAGRÁFO TERCEIRO**

A nota fiscal/fatura não aprovada pelo CONTRATANTE será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, contando-se o prazo estabelecido no parágrafo primeiro, acima, para efeito de pagamento, a partir da data de sua reapresentação.

### **PARAGRÁFO QUARTO**

A devolução de fatura não-aprovada pelo CONTRATANTE não servirá, em hipótese alguma, de pretexto para que a CONTRATADA suspenda o fornecimento dos materiais e/ou produtos.

### **PARAGRÁFO QUINTO**

Os pagamentos devidos pelo CONTRATANTE serão efetuados por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela CONTRATADA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

### **PARAGRÁFO SEXTO**

Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou interrupção do fornecimento.

### **PARAGRÁFO SÉTIMO**

Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a CONTRATADA dará ao CONTRATANTE plena, geral e irretratável quitação da remuneração referente ao fornecimento nela discriminado, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

### **PARAGRÁFO OITAVO**

Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da CONTRATADA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente contrato ocorrerão, no exercício de 2017, à conta da dotação orçamentária:

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE .....										
Função Programática					Projeto Atividade		Elemento de Despesa	Recurso	Ficha	

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**



Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas e adequadas justificativas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

O presente Contrato poderá ser rescindido:

I. Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos

I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Ocorrendo a rescisão deste Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da CONTRATADA, o CONTRATANTE responderá pelo preço estipulado na Cláusula Décima, devido em face do fornecimento efetivamente executados pela CONTRATADA até a data da rescisão.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES**

Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

a) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso no fornecimento, ou por atraso

no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30o (trigésimo) dia, calculados sobre o valor total dos produtos constantes da Nota de Empenho.

b) 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, na hipótese da Contratada injustificadamente desistir do contrato ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o Município de Montes Claros, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo Contratante. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela Contratada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente com previstas nas Leis Federais nº. 10.520/2002 e 8.666/93, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Ao Município caberá, também, na forma da Lei nº. 8.666/93, interpelar a



contratada civil ou penalmente nos casos de descumprimento do presente instrumento contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL**

Este contrato está vinculado de forma total e plena ao Processo Licitatório nº. 0232/2017, na modalidade Pregão Presencial nº. 0125/2017 que lhe deu causa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE**

O CONTRATANTE providenciará a publicação, em resumo, no Diário Oficial do Município de Montes Claros e no Diário Oficial da União, do extrato deste contrato, bem como as publicações de extratos de termos aditivos, se for o caso, e outras determinadas em Lei, na forma prescrita no artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº. 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

São condições gerais deste contrato:

I - Este contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei nº. 8.666/93.

II - Este contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da CONTRATADA com terceiros, sem autorização prévia do CONTRATANTE, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

III - Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, deverão ser comunicadas ao CONTRATANTE e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras da licitação, ensejarão a rescisão do contrato.

IV - O CONTRATANTE reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecido o disposto no §1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.

V - O CONTRATANTE reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste contrato ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindi-lo nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

VI - Qualquer tolerância por parte do CONTRATANTE, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas deste contrato e podendo o CONTRATANTE exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

VII - Este contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o CONTRATANTE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do seu objeto, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

VIII - A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou



qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, ao CONTRATANTE, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao CONTRATANTE o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

IX - Compete exclusivamente à CONTRATADA, na consecução do objeto deste contrato, observar as normas que integram o regime jurídico da relação trabalhista celetista, em especial a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, legislação complementar, normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e dispositivos contidos nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias envolvidas na execução do objeto, bem como responder por todas e quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações de seus empregados, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte do CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

Para todas as questões oriundas do presente Contrato será competente o foro de Montes Claros/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes firmam o presente Contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

Montes Claros/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

CONTRATANTE

**MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG**

Secretaria Municipal de .....

Rep. Legal: .....

CPF/MF: .....

CONTRATADA

\_\_\_\_\_

Rep. Legal: .....

CPF/MF: .....

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

.....

CPF/MF: .....

\_\_\_\_\_

.....

CPF/MF: .....